



ANS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Site: <http://www.ans.pt>

e-mail: geral@ans.pt



COMUNICADO

Nº: 09/2002
Data: 05 ABR 02

EM TEMPOS DE MUDANÇA CONFIANÇA E DETERMINAÇÃO

Em tempos de mudança aconselha o bom senso que se guarde uma dose suficiente de confiança, se bem que doseada dum tanto necessário de cautela, na justa medida daquilo a que a vida nos vai habituando em termos de jogos de poder e política de verdades e mentiras.

Vem isto a propósito da actual transição governamental que encerra um ciclo e começa outro e que requer da nossa parte uma atitude tão serena como expectante.

É do conhecimento geral o grau de insatisfação a que o Governo agora de partida nos fez chegar e o quanto de desilusão e revolta se foi acumulando por entre os diversos episódios vividos ao longo deste périplo atribulado em redor da circunferencialidade do discurso e prática do executivo na área do pessoal.

Achamos por bem não sublinhar aqui e agora, mais uma vez, o desencanto que a prática governativa e a incapacidade ministerial conseguiu alcançar, bem assim como a irresponsável instabilidade causada pela constante mudança de Ministros nesta área tão sensível da administração pública.

Interessa-nos, isso sim, perspectivar o futuro, se bem que não possamos deixar de fazer o balanço do passado. E porque temos, bastas vezes, a tendência para menosprezar tudo o que para trás ficou e considerar que tudo o que não se conseguiu alcançar se pode inglória e irresponsavelmente atirar para o cesto dos desaires e das derrotas, importa aqui realçar o facto de se terem alcançado igualmente vitórias e vitórias importantes, que por isso mesmo, responsáveis que são por uma certa normalização dos nossos procedimentos e da nossa conduta neste terreno por vezes minado da conquista de direitos e salvaguarda de melhores condições, nos leva a minimizar o essencial quando este já é um dado adquirido e a considerar tudo o resto, ainda não alcançado, como a única referência dos nossos esforços e dos nossos objectivos.

Convém não esquecer, pese embora aquilo que foi todo o leque das nossas angústias e dos nossos insucessos, que foi durante este último Governo que foi finalmente promulgada a Lei que institucionaliza o associativismo de carácter sócio-profissional nas Forças Armadas. A prática que vinha sendo levada a cabo durante os últimos anos, em que a determinação e audácia das associações se sobrepunha já à decadente eficácia da lei então vigente, faz com que desvalorizemos a importância desta conquista e o marco que ela representa nos muitos anos de luta, sacrifício e coragem vividos por militares determinados e convictos que sempre acreditaram ser possível aquilo que hoje todos nós consideramos quase banal e de importância relativa.

Foi igualmente durante este período que importantes alterações ao EMFAR foram promovidas, das quais ressaltam duas pelo seu significado e alcance: a saber o aumento de vinte e cinco por cento na contagem do tempo de serviço e a obrigatoriedade de tomada de conhecimento, por parte do militar, da sua informação periódica. Duas medidas que tendem já hoje a fazer parte da rotina dos nossos direitos mas que levaram anos a conseguir ser aprovadas e nas quais as associações de militares se empenharam de corpo e alma, sendo desde há anos parte integrante do Caderno de Aspirações da ANS e mais uma prova que vale a pena lutar e sobretudo, continuar sempre a lutar!

O facto de tudo isto ter acontecido não tem tanto a ver com a acção governativa dos executivos ultimamente em exercício, mas muito essencialmente com o facto de acreditarmos fortemente que os nossos anseios eram, para além de justos, tangíveis e exequíveis em tempo útil e implementáveis numa forma absolutamente serena e isenta de quaisquer conturbações ou desvios da coesão e da disciplina.

O que contou efectivamente foi a nossa serenidade aliada a uma irredutível força de vontade!

Foi na realidade a prática exaustiva da nossa determinação, a dedicação de camaradas de uma entrega inquestionável, alguns já hoje afastados numa actividade mais constante e efectiva, a certeza de que as conquistas só se alcançam lutando, que fez com que as dificuldades de ontem se transformassem nas evidências de hoje em dia.

De tudo isto, o que queremos salientar, na nossa perspectiva da prática associativa é o inquestionável valor que constitui a nossa capacidade de ter esperança, certezas e determinação numa dose rigorosamente equilibrada, com vista ao mais importante, que é a resolução dos problemas que nos atingem, sem ferir a dignidade da instituição e os altos desígnios da missão que, como militares, nos compete.

Tem isto tudo a ver com as dificuldades de hoje, que só ainda são dificuldades porque o tempero do tempo e da adversidade do imponderável ainda não as conseguiram transformar naquilo que nós costumamos chamar conquistas, mas elas, as conquistas, estão lá ao fundo da nossa determinação e dignidade, porque nós acreditamos nelas e sabemos que a justiça nos é devida. Aquilo que hoje enumeramos exaustivamente como problemas que o governo, seja ele qual for, tem de resolver, e para a resolução dos quais nós estamos sempre dispostos a dar o nosso contributo, hão-de ser as nossas vitórias de amanhã sem que constituam obrigatoriamente derrotas para que governo for, e isto porque consideramos que qualquer reforço das condições de vida dos cidadãos são sempre uma mais valia para o estado e para quem tem a responsabilidade última de gerir os seus desequilíbrios.

Por isso, leva-nos esta linha de pensamento à entrada em funções no novo governo que por aí se avizinha. E da postura que queremos e devemos ter para com ele. E daquilo que esperamos da sua acção governativa e do que consideramos ser essencial no nosso futuro relacionamento. No fundo, aquilo que elegemos como a seriedade e o respeito mútuo que poderá servir de linha de conduta para o relacionamento entre políticos e militares, entre o país e as suas Forças Armadas.

Na nossa perspectiva tem sido sempre ponto assente que o Governo que vem a seguir é sempre o melhor, de todos os que já existiram. E isto porque ele emana do voto consciente dos cidadãos e seja qual for a aritmética utilizada, é o resultado dos mecanismos democráticos e livres que o sistema proporciona. É portanto legítimo, uma vez que não discutimos nem privilegiamos

peçoas, que seja essencialmente no desempenho político dos programas apresentados e na capacidade evolutiva de dar resposta aos problemas que vão surgindo, que assentamos a nossa prerrogativa de exigir do governo as soluções mais adequadas e as análises mais coerentes e sustentadas, que conduzam ao atendimento das nossas pretensões, num esforço conjugado em que o nosso contributo possa ser parte da solução, tendo em vista, em última análise, o seu enquadramento na política global de pessoal da instituição militar.

É portanto de sã expectativa a nossa postura perante mais este episódio normal num quadro democrático e enquanto associação representativa dos interesses dos Sargentos de Portugal, importa-nos, antes de mais considerar esta mudança como mais um patamar na busca de soluções, sem esquecer o esforço despendido ao longo do passado, as questões apresentadas e as projecções no futuro daquilo que consideramos serem os nossos direitos adquiridos e por adquirir. Simultaneamente dispomo-nos, isentos de preconceitos, disponíveis para discutir novas soluções, novos caminhos e novas esperanças, tendo apenas como limites o respeito das Forças Armadas, do País e da nossa própria dignidade enquanto cidadãos em uniforme.

As soluções que privilegiamos são sempre aquelas que consideramos as mais adequadas. É contudo nosso apanágio saber ouvir e saber ler e acima de tudo saber dialogar tendo como objectivo único a busca de soluções e nunca a invenção de dificuldades e obstáculos, porque esses já existem em demasia na própria circunstancialidade das situações herdadas.

Não se poderá estranhar, por conseguinte, que exista da nossa parte uma total abertura para contribuirmos para soluções conjuntas e convergentes, assim haja por parte do executivo e mais especificamente por parte da tutela uma sã disponibilidade para as discutir e aplicar. Não abdicamos no entanto, em qualquer circunstância, de fazermos parte integrante dessas soluções e que a nossa opinião, o nosso contributo, a nossa perspectiva sejam sempre admitidos como contribuições somativas para aquilo a que se conseguir chegar como resultado final.

Em matéria de carreiras e sistema retributivo, muito especialmente, não passamos procuração a quem quer que seja para fazer soar aquilo que nós queremos. Aquilo que nós queremos e pensamos é da nossa exclusiva responsabilidade, sem que reclamemos a verdade única e exclusiva para os nossos pontos de vista, mas que eles têm de ser tomados em linha de conta é uma certeza que defendemos firmemente. Para nós, por exemplo é inaceitável que se continue a tratar a matéria retributiva em sede de qualquer grupo de trabalho que não possa contar com todas as partes interessadas. E nesse aspecto somos irredutíveis! É matéria social que não justifica de modo nenhum continuar a ser exclusivamente tratada a nível de estado-maior como se de matéria estratégica ou operacional se tratasse.

Outra área que consideramos fundamental tem a ver com a formação e com tudo o que ela envolve. Também aqui estamos convictos que nos assiste o direito de a tentar melhorar e de lhe atribuir valências de eficácia, qualidade e dignidade que não podem ser apenas facultadas a categorias tradicionalmente conotadas com um conceito discutível de elites.

Os Sargentos de Portugal exigem uma formação condigna, que possa constituir uma porta aberta para uma carreira que os dignifique e dignifique o próprio País e as suas Forças Armadas. As diferenças, a existir, são aquelas que derivam dos próprios currículos e não das condições em que ela

deve ser ministrada. Diferenças essas que têm essencialmente a ver com as áreas de intervenção atribuídas a cada categoria.

É clara pois a nossa predisposição para cooperar, como clara é a nossa determinação quanto àquilo que consideramos essencial e justo defender!

Consideramos que fundamentalmente deve emergir uma grande dose de confiança mútua e de respeito pelas posições de parte a parte, desde que elas sejam compreensíveis e justificáveis. Temos plena consciência das dificuldades estruturais e económicas que o país atravessa, da necessidade absoluta dum racionalização de meios e mesmo de pessoal, mas não aceitaremos que tudo se consiga apenas à custa do pessoal e designadamente à custa dum conceito declaradamente classicista dos homens e mulheres que constituem as Forças Armadas. Assim como não aceitamos a desvalorização profissional e o esvaziamento de funções e responsabilidades em nome dum qualquer redução de efectivos. As Forças Armadas são uma instituição normalmente hierarquizada e a esse conceito tem de corresponder uma correcta e precisa atribuição dessas mesmas responsabilidades e funções, que não se compadece com uma visão menos respeitadora desses parâmetros na carreira de Sargentos, à imagem daquilo que é pacificamente aceite para a carreira de Oficiais. Ambas têm, devem e é desejável que coexistam mas essa coexistência tem de ser assente num respeito mútuo e numa clara atribuição das referidas funções e responsabilidades, com a respectiva autoridade, que as dignifiquem e não submetam nenhuma delas à supremacia elitista de qualquer outra.

Esta é pois outra área que consideramos urgente abordar e rever conceitos e anomalias, com vista a uma cada vez maior profissionalização das Forças Armadas, uma maior capacidade de resposta e um desempenho cada vez de maior qualidade, a todos os níveis. E, por esta via, tornar a profissão militar mais atraente e apelativa para elevar os níveis de adesão de jovens às fileiras.

A Associação Nacional de Sargentos não procura soluções mágicas para os problemas dos militares que representa, nem faz, por outro lado, juízos avançados de valor relativamente a responsáveis que ainda não podem ser responsabilizados, pelo que o nosso principal capital é a confiança e com essa todos podem contar.

Mas convém também contar com a nossa firme determinação de lutar por aquilo em que acreditamos e nós acreditamos mesmo que é possível melhorar. E porque acreditamos, nada nem ninguém, nos conseguirá demover desta convicção com que lutamos no dia a dia pelos nossos direitos, pelas nossas carreiras, pela nossa dignidade. Como também, nada nem ninguém, poderá ter a veleidade de nos aliciar ou empurrar para posições que possam, de qualquer modo, ferir a dignidade da nossa farda e da instituição que ajudamos a encarnar!

A ANS considera urgente que as leis se cumpram e que o futuro aconteça!

Lisboa, 05 de Abril de 2002

A Direcção